



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO 1º CAO

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 7 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4317/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo

Assunto: Req. providências

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Aquisição e aplicação de uma (1) unidade de placa magnética e ímãs, visando a atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 145/2017, elaborado pelo Setor de Compras contendo cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela pessoa jurídica "VIEIRA E BARBOSA COM. VISUAL LTDA", no valor total de R\$ 741,40 (setecenta e quarenta e um reais e quarenta centavos). Existência de disponibilidade orçamentaria e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento."

Proc: 4456/2017.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação

Assunto: Req. providências

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contratos e Convênios. Pedido de Formalização de Convênio de Cooperação Técnica e Operacional entre o Município de São Luiz do Quitunde/AL e o Ministério Público de Alagoas. Cessão de servidor sem ônus. Lei Estadual nº 6.774/2006. Hipótese de Inexigibilidade de licitação. Aplicação do art. 116 c/c art. 25, ambos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pelo deferimento."

Proc: 4575/2017.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação

Assunto: Ata de registro de preços nº 38/2017

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação, constante na Ata de Registro de Preços nº 38/PGJ/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2016, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços-SRP. Pelo deferimento da contratação junto a empresa detentora da Ata, 3M Soluções em Tecnologia Eirelli-ME, perfazendo um valor total de R\$ 26.956,00 (vinte e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais), bem como que o procedimento seja remetido às Diretorias Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis e ao Setor de Elaboração de Contratos."

Proc: 4594/2017.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação

Assunto: Ata de registro de preços nº18/2017

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação, constante na Ata de Registro de Preços nº 18/PGJ/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2017, para atender às necessidades da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços-SRP. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, em favor da empresa detentora da Ata, Licitec Tecnologia Eirelli-EPP, perfazendo um valor total de R\$ 5.705,50 (cinco mil, setecentos e cinco reais e cinquenta centavos), bem como que o procedimento seja remetido às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis."

Proc: 4595/2017.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação
Assunto: Ata de registro de preços nº16/2017

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação, constante na Ata de Registro de Preços nº 16/PGJ/2017, oriunda do Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2017, para atender às necessidades da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços-SRP. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, em favor da empresa detentora da Ata, Maryleide Fonseca Almeida Eireli, perfazendo um valor total de R\$ 6.103,20 (seis mil, cento e três reais), bem como que o procedimento seja remetido às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis."

Proc: 4673/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo desta PGJ
Assunto: Autorização para aquisição

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações. Compras. Aquisição de plaquetas com código de barras, visando a atender às necessidades do setor de patrimônio do Ministério Público do Estado de Alagoas. Termo de Referência. Regularidade. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 151/2017, elaborado pelo setor de compras contendo três (03) cotações de preços no mercado local. Contratação direta da empresa "Minas Placas Ltda.-ME", no valor total de R\$ 1.350,00 (hum mil, trezentos e cinquenta reais). Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Pelo deferimento."

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 11 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3152/2013.

Interessado: Ministério Público do Rio Grande do Norte.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Preliminarmente, junte-se ao Proc. 2869/2013. Em seguida, em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a expedição do Ofício nº 692/2017 □ GAB.PGJ.MPE/AL, arquite-se.

Proc: 4325/2017.

Interessado: Gabinete Civil/Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a expedição do Ofício nº 1172/2017-GAB.PGJ.MPE/AL, arquite-se.

Proc: 4761/2017.

Interessado: Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio □ SEPLAG.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar, voltando.

Proc: 4767/2017.

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. 4682/2017.

Proc: 4789/2017.

Interessado: Dr. Luiz José Gomes Vasconcelos, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4795/2017.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À 51ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 02.2017.00004053-6.

Interessado: Diego Farias de Oliveira.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal. Cientifique-se o interessado.

Proc: 02.2017.00004242-3.

Interessado: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS - IMA.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o apensamento do presente ao processo Nº 06.2017.00001101-9, e de traslado à 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe e à 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Proc: 02.2017.00004243-4.

Interessado: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS - IMA.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o apensamento do presente ao processo Nº 06.2017.00001101-9, com remessa de traslado à 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe e à Promotoria de Justiça de Piaçabuçu.

Proc: 02.2017.00004244-5.

Interessado: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS - IMA.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o apensamento do presente ao processo Nº 06.2017.00001101-9, com remessa de traslado à 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe.

Proc: 02.2017.00004383-3.

Interessado: Wladimir Bessa da Cruz.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das medidas adotadas no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 1197, de 1º de dezembro de 2017, bem como da expedição do Ofício SAJ n. 1231/2017/PROCG/CG/PGJ, arquite-se.

Proc: 02.2017.00004633-0.

Interessado: VARA DO TRABALHO DE SANTANA DO IPANEMA/AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00004738-4.

Interessado: 21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Oficie-se como requerido.

Proc: 02.2017.00004741-8.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Arquite-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 11 de dezembro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 1209, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. LOUISE MARIA TEIXEIRA DA SILVA, Promotora de Justiça de Olho D'Água das Flores, para atuar no Processo nº 0096504-59.2008.8.02.0001, em tramitação na 9ª Vara Criminal da Capital, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 12 de dezembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 1210, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. FÁBIO BASTOS NUNES, Promotor de Justiça de Mata Grande, para atuar no Processo nº 0719487-56.2015.8.02.0001, em tramitação na 9ª Vara Criminal da Capital, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 13 de dezembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 1211, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. FRANCISCA PAULADE JESUS LÔBO NOBRE SANTANA, Promotora de Justiça de Maragogi, de 2ª entrância, para responder pela 33ª Promotoria de Justiça da Capital, durante as férias da Promotora de Justiça designada.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

AVISO Nº 7/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, informa a todos os Promotores de Justiça que foi encaminhada, via e-mail funcional, a ficha cadastral do TRE, que deverá ser preenchida e remetida ao e-mail chefiadegabinete@mpal.mp.br, até o dia 14 de dezembro de 2017, com exceção dos que já informaram anteriormente. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 7 de dezembro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 11 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 3574/2017.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação desta PGJ.

Assunto: Suprimento de fundos.

Despacho: Vão os autos à DCF para a respectiva baixa e providências cabíveis, nos termos da manifestação de fl. 48.

Proc: 4701/2017

Interessado: Dr. Antônio Luiz dos Santos Filho – Promotor de Justiça.

Assunto: Solicitação de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4707/2017

Interessado: 49ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerendo diárias em favor do Dr. José Antônio Malta Marques.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4710/2017

Interessado: Dr. Napoleão Amaral Franco – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4713/2017

Interessado: Dr. Jomar Amorim de Moraes – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4722/2017

Interessado: Dra. Ilda Regina Reis Santos – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4726/2017

Interessado: Janixon Montes Barbosa – Assessor de Logística e Transportes.

Assunto: Alteração de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4741/2017

Interessado: Claudemir dos Santos Mota – Assessor de Logística e Transportes.

Assunto: Requerimento de diária.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4742/2017

Interessado: Janaína Ribeiro Soares – Diretora de Comunicação Social.

Assunto: Requerimento de diária.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4743/2017

Interessado: Dra. Fernanda Maria Moreira de Almeida Lôbo – Promotora de Justiça

Assunto: Requerimento de Licença Médica.

Despacho: Defiro. À Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 4745/2017.

Interessado: Vitor Luiz Pereira Ribeiro – Analista desta PGJ.

Assunto: Movimentação excepcional por graduação.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de movimentação excepcional por graduação. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação. Pelo deferimento da mobilidade excepcional por graduação - Símbolo PGJ-C da Classe C referência II para III. Aplicação dos arts. 3, 11 e 13, item II, todos da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006; sugerindo a remessa dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis.”.

Proc: 4746/2017

Interessado: Dr. Anderson Cláudio de Almeida Barbosa – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diária.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 4773/2017

Interessado: Dra. Ana Lúcia Ferreira de Araújo Tenório – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença especial.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: Administrativo. Membro do Ministério Público. Pedido de gozo de licença especial e designação de sua substituição junto ao 8º e 2º Juizado Especial Cível e Criminal da Capital. Aplicação da Lei Complementar nº 15/96, inciso VI, do art. 64. Informação da Diretoria de Pessoal sobre a existência do direito. Necessidade de avaliação interna sobre a possibilidade da concessão do gozo no período requerido. Poder discricionário da Administração. Encaminhe-se à autoridade superior para análise e providências que o caso requer. .

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 11 de dezembro de 2017.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

PORTARIA SPGAI nº 430, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 3407/2017, RESOLVE conceder em favor de ALINE FLÁVIA GAMA GUEDES, Servidora Cedida, portador do CPF nº 648.466.104-97, matrícula nº 8255264-9, 1 ½ (uma e meia) diária, no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), aplicando-se o desconto de R\$ 25,07 (vinte e cinco reais e sete centavos), por cada diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 232,40 (duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Coruripe, no período de 27 a 28 de agosto do corrente ano, para organizar e executar atividades do Projeto Direitos Humanos em Pauta, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 Diárias, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

*Republicado

PORTARIA SPGAI n° 431, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 3407/2017, RESOLVE conceder em favor de MARIA CRISTINA MENDES CAVALCANTE BISPO OLIVEIRA, Assessora de Cerimonial, portador do CPF n° 013.275.274-30, matrícula n° 8255075-1, 1 ½ (uma e meia) diária, no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), aplicando-se o desconto de R\$ 25,07 (vinte e cinco reais e sete centavos), por cada diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 232,40 (duzentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Coruripe, no período de 27 a 28 de agosto do corrente ano, para organizar e executar atividades do Projeto Direitos Humanos em Pauta, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 □ Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 □ Diárias, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

*Republicado

PORTARIA SPGAI n° 453, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Proc. 4745/2017, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo VITOR LUIZ PEREIRA RIBEIRO, Analista do Ministério Público □ Área Gestão Pública, Símbolo PGJ-C, da Classe C, referência II para a referência III, por movimentação excepcional por graduação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI n° 454, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4741/2017, RESOLVE conceder em favor de CLAUDEMIR DOS SANTOS MOTA, Assessor de Logística e Transporte, portador de CPF n° 873.122.808-97, matrícula n° 8255110, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada ½ (meia) diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 77,47 (setenta e sete reais e quarenta e sete centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca no dia 27 de novembro do corrente ano, para acompanhar o Procurador-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 □ Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 □ Diárias, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI n° 455, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4742/2017, RESOLVE conceder em favor de JANAÍNA RIBEIRO SOARES, Diretora de Comunicação Social, portadora do CPF n° 007.805.834-18, matrícula n° 8255080, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada meia diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 189,41 (cento e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca no dia 27 de novembro do corrente ano, para acompanhar o Procurador-Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 □ Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 □ Diárias, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI n° 456, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4746/2017, RESOLVE conceder em favor da Dr. ANDERSON CLÁUDIO DE ALMEIDA BARBOSA, Promotor de Justiça de Viçosa, de 2ª entrância, portadora do CPF n° 678.419.614-72, matrícula n° 69140-2, 2 (duas) meias diárias, no valor de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada ½ (meia) diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 423,70 (quatrocentos e vinte e três reais e setenta centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Santana do Ipanema, nos dias 8 e 22 de novembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 1.117, de 1º de novembro de 2017, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI n° 457, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4710/2017, RESOLVE conceder em favor do Dr. NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, 4º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF n° 600.472.166-20, matrícula n° 69142-9, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada ½ (meia) diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 710,34 (setecentos e dez reais e trinta e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Olho D'Água das Flores, nos dias 6, 16 e 23 de novembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Olho D'Água das Flores, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 014, de 5 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 □ Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 □ Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI n° 458, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4722/2017, RESOLVE conceder em favor da Dra. ILDA REGINA REIS SANTOS, Promotora de Justiça de Messias, de 1ª entrância, portadora do CPF n° 564.379.514-00, matrícula n° 69206, 3 (três) meias diárias, no valor de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada ½ (meia) diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 568,23 (quinhentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Major Izidoro, nos dias 5, 12 e 19 de dezembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Major Izidoro, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 84, de 30 de janeiro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 □ Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 □ Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI n° 459, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4707/2017, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES, 49º Promotor de Justiça da Capital, de

3ª entrância, portador do CPF nº 123.779.104-91, matrícula nº 55850-8, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada ½ (meia) diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 1.183,90 (mil cento e oitenta e três reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Cacimbinhas, nos dias 3, 9, 16, 23 e 28 de novembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Cacimbinhas, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 79, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 □ Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 □ Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 460, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4713/2017, RESOLVE conceder em favor da Dr. JOMAR AMORIM DE MORAES, Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, portadora do CPF nº 383.566.275-91, matrícula nº 69196-8, 3 (três) meias diárias, no valor de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada ½ (meia) diária, referente ao auxílio alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 635,55 (seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Anadia, nos dias 16, 23 e 29 de novembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Anadia, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1.115, de 1º de novembro de 2017 e na Portaria PGJ nº 1.161, de 23 de novembro de 2017, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Corregedoria-Geral do Ministério Público

PORTARIA DISCIPLINAR Nº 007/2017
SINDICÂNCIA Nº 007/2017-CGMP/AL

O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições previstas no artigo 16, V, da Lei Complementar nº 15/96 e no art. 53, I do Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público;
Considerando o conteúdo do Pedido de Informações nº 10.2017.00000456-1, instaurado nesta Corregedoria-Geral onde foi encaminhado pedido de providências pelo Procurador de Justiça, Dr. Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, em desfavor do Promotor de Justiça, onde notifica a suposta falta de zelo e presteza no desempenho de suas funções, que ensejou a liberação do paciente em razão de excesso de prazo na oferta da denúncia;
Considerando que são deveres dos Membros do Ministério Público obedecer aos prazos processuais, bem como desempenhar com zelo e presteza as suas funções, nos termos do art. 72, IV e VI da Lei Complementar nº 15/96;
Considerando a necessidade de se garantir o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme estatui o artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República Federativa do Brasil;
Considerando a necessidade de se esclarecer os fatos contidos nos presentes autos, o que só será possível com a produção de provas, requerido pelas Partes;
RESOLVE:

1. Instaurar Sindicância para apurar os fatos narrados nos expedientes que deram origem ao Pedido de Informação SAJ-MP 10.2017.00000456-1, segundo os quais o Membro do Ministério Público de Alagoas, teria agido em desconformidade com o art. 72, IV e VI da Lei Complementar nº 15/96;
2. Determinar a publicação desta portaria em extrato, omitindo-se o nome do sindicato e quaisquer outras informações que o possa identificar;
3. Determinar a autuação e registro da presente portaria;
4. Nomear como Secretário desta Sindicância o Promotor de Justiça Roberto Salomão do Nascimento, Assessor Técnico desta Corregedoria-Geral, o qual deve firmar compromisso.

5. Após, deverá a Secretaria deste órgão promover a citação do Sindicado para apresentar Defesa Escrita, no prazo de 05 (cinco) dias, por meio de advogado, devidamente habilitado, assim como apresentar rol de testemunhas, no máximo 03 (três) e apresentar demais provas que entender pertinentes.
Cumpra-se.
Publique-se.
Maceió/AL, 11 de dezembro de 2017.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Corregedor-Geral

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA
14.12.2017

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na próxima quinta-feira, dia 14.12.2017, às 10 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

– Apreciação da Ata da 36ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2017.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO NA FORMA DIGITALIZADA.

1. Cadastro nº 05.2017.00003864-1. Origem: 14ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento administrativo.
2. Cadastro nº 05.2017.00003863-0. Origem: 17ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.
3. Cadastro nº 05.2017.00003861-9. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de procedimento administrativo.
4. Cadastro nº 05.2017.00003852-0. Origem: 17ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.
5. Cadastro nº 02.2017.00004690-8. Origem: 26ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de arquivamento de procedimento administrativo.
6. Cadastro nº 02.2017.00004695-2. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de arquivamento de procedimento administrativo.
7. Cadastro nº 02.2017.00004696-3. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de arquivamento de procedimento administrativo.
8. Cadastro nº 05.2017.00003877-4. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.
9. Cadastro nº 05.2017.00003881-9. Origem: 14ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de PP em ICP.
10. Cadastro nº 02.2017.00004706-2. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de arquivamento de procedimento administrativo.
11. Cadastro nº 02.2017.00004712-9. Origem: 2ª PJ de São Miguel dos Campos. Assunto: Comunicação de arquivamento de procedimento administrativo.
12. Cadastro nº 02.2017.00004715-1. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de arquivamento de procedimento administrativo.
13. Cadastro nº 02.2017.00004751-8. Origem: 26ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de arquivamento de procedimento administrativo.
14. Cadastro nº 05.2017.00003928-4. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.
15. Cadastro nº 05.2017.00003930-7. Origem: 2ª PJ de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.
16. Cadastro nº 05.2017.00003934-0. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de PP em ICP.

17. Cadastro nº 05.2017.00003953-0. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.

18. Cadastro nº 05.2017.00003955-1. Origem: 14ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de PP em ICP.

19. Cadastro nº 05.2017.00003957-3. Origem: 2ª PJ de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.

20. Cadastro nº 05.2017.00003958-4. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de conversão de PP em ICP.

PROCESSO PARA DELIBERAÇÃO

1. PGJ/AL – 4625/2017. Interessados: Promotores de Justiça Jorge José Tavares Dória e Sílvio Azevedo Sampaio, ambos de 2ª entrância. Assunto: pedido de remoção por permuta.

PROCESSO DE PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE, PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPELA, DE 2ª ENTRÂNCIA.

INTERESSADOS:

Ordem	Interessado	Titularidade	Exercício na Entrância	Colocação no quinto
1	Paulo Roberto de Melo Alves Filho	Igreja Nova	16/06/14	4
2	Vinicius Ferreira Calheiros Alves	Satuba	16/06/14	5
3	Thiago Chacon Delgado	Passo do Camaragibe	16/06/14	6
4	Marllisson Andrade Silva	Maribondo	16/06/14	7
5	Bruno de Souza Martins Baptista	Boca da Mata	20/05/16	Fora do Quinto
6	Maurício Mannarino Teixeira Lopes	Quebrangulo	20/05/16	Fora do Quinto
7	Ramon Formiga de Oliveira Carvalho	Teotônio Vilela	20/05/16	Fora do Quinto
8	Lídia Malta Prata Lima	Paripueira	20/05/16	Fora do Quinto
9	Maria Luísa Maia Santos	Cajueiro	20/05/16	Fora do Quinto
10	Viviane Karla da Silva Farias	São Sebastião	30/11/16	Fora do Quinto
11	Lucas Sachsida Junqueira Carneiro	Matriz de Camaragibe	30/11/16	Fora do Quinto

PROCESSO DE PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO, PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, DE 2ª ENTRÂNCIA.

INTERESSADOS:

Ordem	Interessado	Titularidade	Exercício na Entrância	Colocação no quinto	Participação em Lista Tríplice
1	Paulo Roberto de Melo Alves Filho (desistente)	Igreja Nova	16/06/14	4	SIM (duas vezes seguidas) Resolução: 14/2014 e 11/2015
2	Vinicius Ferreira Calheiros Alves (desistente)	Satuba	16/06/14	5	NÃO
3	Thiago Chacon Delgado	Passo do Camaragibe	16/06/14	6	NÃO
4	Marllisson Andrade Silva	Maribondo	16/06/14	7	NÃO

5	Bruno de Souza Martins Baptista	Boca da Mata	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
6	Maurício Mannarino Teixeira Lopes	Quebrangulo	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
7	Ramon Formiga de Oliveira Carvalho	Teotônio Vilela	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
8	Lídia Malta Prata Lima	Paripueira	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
9	Maria Luísa Maia Santos	Cajueiro	20/05/16	Fora do Quinto	NÃO
10	Viviane Karla da Silva Farias	São Sebastião	30/11/16	Fora do Quinto	NÃO
11	Lucas Sachsida Junqueira Carneiro	Matriz de Camaragibe	30/11/16	Fora do Quinto	NÃO

PROCESSO DE PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE, PARA A 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL, DE 3ª ENTRÂNCIA.

INTERESSADOS:

Ordem	Interessado	Titularidade	Exercício na Entrância	Colocação no quinto
1	Jorge José Tavares Dória	PJ Pilar	29/10/1998	4º
2	Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti	2ª PJ de São Miguel	26/04/1999	5º
3	Sóstenes de Araújo Gaia	1ª PJ de Atalaia	01/06/1999	6º
4	Amélia Adriana de Carvalho Campelo	3ª PJ de São Miguel	07/12/1999	7º
5	Martha Bueno Marques de Pinto	PJ Pão de Açúcar	08/11/2001	8º
6	Francisca Paula de Jesus Lôbo Nobre	PJ Maragogi	20/02/2003	Fora do Quinto
7	Cintia Calumby da Silva Coutinho	4ª de Rio Largo	24/05/05	Fora do Quinto
8	Magno Alexandre Ferreira Moura	2ª PJ de Rio Largo	12/06/2007	Fora do Quinto
9	Jorge Luiz Bezerra da Silva	PJ São Luiz do Quitunde	08/02/2013	Fora do Quinto
10	Adriano Jorge Correia de Barros Lima	2ª PJ Porto Calvo	24/09/2014	Fora do Quinto
11	Wesley Fernandes Oliveira	3ª PJ Rio Largo	03/11/2014	Fora do Quinto
12	Fernando Padilha Alves	6ª PJ Palmeira dos Índios	05/01/2015	Fora do Quinto
13	<u>Bruno de Souza Martins Baptista</u>	<u>Promotor de Justiça de 1ª Entrância</u>	<u>00/00/0000</u>	-
14	<u>Mauricio Mannarino Teixeira Lopes</u>	<u>Promotor de Justiça de 1ª Entrância</u>	<u>00/00/0000</u>	-
15	<u>Ramon Formiga de Oliveira Carvalho</u>	<u>Promotor de Justiça de 1ª Entrância</u>	<u>00/00/0000</u>	-

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. Proc. PGJ/AL 4298/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Retorno de Vista do Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.

2. Proc. PGJ/AL 4283/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Retorno de Vista do Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.

3. PAD 08/04. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ivan Eufrásio Saturnino e outro. Assunto: suposto ato de improbidade administrativa. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

4. PP Ref. a Notícia de Fato nº 01.2012.00000002-4 (06.2017.00000267-5). Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Ocorrências policiais. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

5. PGJ/AL 5407/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

6. PGJ/AL 4870/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

7. PGJ/AL 4869/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

8. PGJ/AL 993/2003 (apenso PGJ/AL 295/2004). Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Tribunal de Contas de Alagoas. Assunto: Suposto ato de improbidade administrativa. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba.

9. PGJ/AL 2215/2006. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas - SINTEAL. Assunto: suposto ato de improbidade administrativa. Relator: Conselheiro Antígenes Marques de Lira.

10. PGJ/AL 3520/2017 (apenso ICP nº 020/2011-C, 3 volumes). Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Anônimo. Assunto: Percebimento indevido de prêmio por desempenho fazendário. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

11. PGJ/AL 197/2016 (PA n. 17/16). Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público de Contas. Assunto: Representação. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

12. PGJ/AL 5905/2013. Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Zeneide Cristina de Andrade Silva. Assunto: Denúncia contra a Câmara de Vereadores de Maceió. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

13. PGJ/AL 3459/2017 (apenso PGJ/AL 3821/2016 e 621/2016, 3 volumes). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Ministério Público do Estado de São Paulo. Assunto: Branqueamento do açúcar – Usina Coruripe. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

Delfino Costa Neto
Promotor de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DA FAZENDA ESTADUAL

Procedimento Preparatório 06.2017.00000201-0
Portaria 06/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da 21ª Promotoria de Justiça da Capital - Fazenda Estadual, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República; artigo 8º, §1º, da Lei Nacional 7.347/85; artigos 25, IV, “a”, e 26, I, da Lei Nacional 8.625/93,

CONSIDERANDO:

1 - a representação da Associação Nacional dos Auditores (Ministros e Conselheiros substitutos) dos Tribunais de Contas do Brasil – AUDICON e outros contra o servidor, E.J.A.J., e o ex-presidente do Tribunal de Contas, C.A.S.;
2 – a narrativa de que o servidor exerceu indevidamente o cargo de auditor da Corte, com o recebimento subsidial respectivo deferido pelo segundo representado;

3 - a necessidade de complementar a instrução, tendo em vista que as informações apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas são insuficientes ao esclarecimento dos fatos;

4 – a necessidade da instrução do feito, a fim de apurar a ocorrência narrada, a existência de prejuízo ao erário ou prática de atos de improbidade administrativa;
5 - o decurso do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão deste Procedimento Preparatório;

6 - que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo, para isso, adotar os instrumentos previstos na legislação pátria;

RESOLVE:

1 – Converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, conforme art. 2º, § 7º, da Resolução CNMP 23, de 17 de setembro de 2007.

2 - comunicar a instauração do presente Inquérito Civil ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, consoante determina o art.1º, §2º, da Resolução PGJ 01/96;

3 - publicar o conteúdo desta Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas;

4 - designar o Analista Jurídico lotado nesta Promotoria para secretariar os trabalhos.

5 - expedir ofício à Presidenta do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, requisitando as informações complementares consignadas no despacho retro

Jamyl Gonçalves Barbosa
Promotor de Justiça

Nº 06.2017.00001143-0

Portaria Nº 0188/2017/PJ-PCama

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça de Matriz de Camaragibe, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de aprofundamento e estudo das diligências já realizadas e da realização de outras imprescindíveis à resolução dos fatos que são objeto do presente Procedimento Preparatório, em respeito ao prazo de tramitação respectivo, nos termos do artigo 2º, § 6º, da Resolução n.º 23/2.007 do CNMP, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, da Constituição Federal e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, converte o procedimento já existente para INQUÉRITO CIVIL. Determino, para tanto, o seguinte:

I) Autue-se como INQUÉRITO CIVIL (com fulcro no art. 129, III, da Carta da República; art. 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual - Lei Complementar nº 15/96; art. 26, inciso I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei 8.625/93), evoluindo-se os autos do procedimento preparatório de inquérito civil já em tramitação, tudo digitalmente, através do sistema SAJMP;

II) Comunique-se da instauração do presente procedimento, por meio de ofício a ser encaminhado via e-mail, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ;

III) Solicite-se, ao setor responsável, a publicação da presente em Diário Oficial;

IV) Requisite-se documentos ao Município de São Miguel dos Milagres, referente às cópias dos procedimentos de contratação direta nº 31, 32, 33, 34 e 35, todos do ano de 2016;

V) Após, notifique-se os responsáveis pela contratação para prestar esclarecimentos, realizando análise comparativa de valores, para identificar possíveis sobrepreços.

Passo de Camaragibe, 07 de dezembro de 2017

THIAGO C DELGADO
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Promotoria de Justiça de São Sebastião

Nº 06.2017.00001133-0

PORTARIA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO 0014/2017/PJ-SSeba

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através da Promotora de Justiça titular da Comarca de São Sebastião/AL, adiante firmado, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127, da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo art. 6º, VII, LC 75/93, e art. 8º, parágrafo primeiro, c/c art. 21 da Lei 7347/85, c/c art. 90 da Lei 8.078/90);

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de São Sebastião recebeu denúncia anônima relatando diversas irregularidades no tocante a servidores municipais lotados na Secretaria de Educação do Município, especialmente no que tange a incongruências em salários, desvio de função e funcionários recebendo sem exercer a função;

CONSIDERANDO que esta representante do Ministério Público já foi até a Secretaria de Educação do Município a fim de obter esclarecimentos, pessoalmente, junto à pessoa da Secretária, e posteriormente realizou inspeção em alguns locais apontados como sede de trabalho dos servidores apontados da denúncia;

CONSIDERANDO a necessidade de outras diligências a fim de vislumbrar um melhor deslinde ao presente caso;

CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a aplicação da Lei nº 7.347/85, Lei nº 9.605/98, Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007 e Art. 26, I, da Lei nº 8.625/93;

RESOLVE:

a) Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil, conforme art. 2º, parágrafo 4º, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, haja vista necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas antes de instaurar o inquérito civil público;

b) Determinar as seguintes providências:

b.1) Autue-se e registre-se a presente portaria e a notícia de fato;

B.2) Oficie-se à Secretaria de Educação do Município de São Sebastião, fixando-se prazo de 10 dias para que apresentação de informações acerca dos objetos retratados na denúncia em epígrafe;

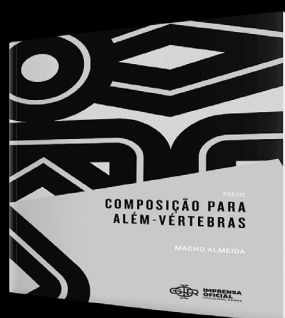
Solicite-se ao Procurador-Geral de Justiça a publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado;

São Sebastião, 06 DE DEZEMBRO de 2017.

VIVIANE KARLA DA SILVA FARIAS
Promotora de Justiça

UM ENCONTRO DE JOVENS TALENTOS REUNIDOS EM CONTOS, CRÔNICAS E POEMAS

Descubra os autores que estão renovando a literatura
alagoana em quatro obras inéditas e imperdíveis



Nas bancas,
livrarias e em
nossa loja virtual

imprensaoficialal.com.br

Secretaria do
Planejamento,
Gestão e Patrimônio

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHANDO SEMO A GENTE CREGA LA



**IMPRENSA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS